

#### Estado de Minas Gerais

Mensagem n.º 22/2009

Referência: Autoriza o Poder Executivo a conceder o uso de bem público

Data: 23 de junho de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame dessa egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a conceder o uso de bem público municipal, e dá outras providências".

Realce-se que, por exigência do art. 27, VII, da Lei Orgânica Municipal é da câmara de vereadores, a competência para autorizar o Poder Executivo a praticar a "Doação com Encargos" de imóveis localizados no Distrito Industrial Benjamim Ferreira Guimarães como forma de incentivo a economia local.

Com o objetivo de possibilitar a empresa Engefer Indústria Ltda, sediada na cidade de Igarapé – MG, a instalar sua "Unidade Industrial" no município de Sarzedo, o projeto prevê a instalação da empresa no ramo de Caldeiraria leve e pesada, fabricação de artigos de serralheria, como estruturas metálicas, e serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais. A presente doação possibilitará um considerável acréscimo no recolhimento de ICMS e geração de 87 (oitenta e sete) empregos diretos.

Dessa forma, atendendo as disposições legais contidas na Lei Orgânica, submeto a proposta ao exame dessa Casa Legislativa, e solicito a Vossa Excelência que atribua à matéria o prazo de tramitação, em regime de urgência, previsto no art. 43 do mesmo diploma legal.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência e ilustres pares protestos de consideração e apreço.

MARCELO PINHEIRO DO AMARAL Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor VEREADOR WILSON RAMOS DE JESUS DD. Presidente da Câmara Municipal Sarzedo/MG Read only

Christophe Story Story

Rua: Eloy Cândido de Melo, nº 477, bairro Centro - Sarzedo/MG



#### Estado de Minas Gerais

# PROJETO DE LEI N.º \_ 30\_/2009

"Autoriza o Executivo a conceder direito real de uso de imóvel que menciona, à empresa Engefer Indústria Ltda, visando sua instalação no município, e dá providências"

- **Art. 1º** Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso, na forma gratuita, do imóvel localizado no Distrito Industrial Benjamim Ferreira Guimarães, descrito no §1º desse artigo à empresa Engefer Indústria Ltda, CNPJ 09.620.627/0001-10.
- § 1°- O imóvel mencionado no caput é formado pelo lote 18 (dezoito) da quadra 04 do Distrito Industrial Benjamim Ferreira Guimarães, conforme descrito no anexo I.
- § 2º A origem registral do imóvel descrito no §1º é respectivamente a matrícula n.º 12.949, do livro n.º 02 do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirité.
- § 3° A concessão de direito real de uso, via instrumento particular, farse-á antes da instalação prevista no § 1° do art. 3° observado o disposto no §1° do artigo 8°.
- §4º A concessão de direito real de uso, por instrumento público, será feita após o início das atividades dita no §1º do art. 3º, cumpridas as determinações do art. 4º e do §1º do artigo 8º.
- Art. 2º Fica desafetado o imóvel descrito nos §§1º e 2º do artigo 1º e anexo I, passando de bem de uso comum para dominial.

Chitati

Rua: Eloy Cândido de Melo, nº 477, bairro Centro - Sarzedo/MG



#### Estado de Minas Gerais

- **Art. 3º** O bem descrito no art. 1º, destina-se à implantação da empresa, configurando o uso industrial encargo da cessão de uso, sendo decorrentes deste uso, a execução dos compromissos definidos no protocolo de intenções subscrito pela mesma que forma o anexo II desta lei.
- § 1º O prazo para início das obras de implantação do empreendimento é de, no máximo, seis meses após a assinatura do TERMO DE COMPROMISSO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITO REAL DE USO.
- § 2º O prazo máximo para o início das atividades é de doze meses, contados a partir da data de emissão do alvará de construção, entendendo-se como data comprovadora do funcionamento da empresa o da emissão da primeira nota fiscal pela empresa cessionária do uso.
- § 3º A empresa deverá apresentar os projetos da edificação industrial num prazo de três meses após a assinatura do termo de compromisso de cessão gratuita de direito real de uso.
- § 4º A não apresentação dos projetos no prazo estabelecido no § 3º, implica no cancelamento da presente cessão.
- **Art. 4º** Para fazer jus à cessão de uso gratuita, de que trata esta Lei, a empresa cessionária comprometeu-se com as seguintes exigências:
- I geração efetiva de 87 empregos diretos, com prioridade para utilização de mão-de-obra de pessoas residentes em Sarzedo;
- II geração de receita fiscal anual para o Município orçada em R\$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), conforme projeção após o 3º ano de atividade;
- III faturamento fiscal positivo anual superior a R\$ 5.000.000,00 no primeiro ano, e a R\$ 7.000.000,00 a partir do 3º ano de funcionamento.

wp



#### Estado de Minas Gerais

IV - Edificar a área mínima de 1.200,00 m² (hum mil e duzentos metros quadrados)

V - Utilizar o imóvel única e exclusivamente para fins industriais.

Parágrafo Único - Além do compromisso expresso no caput, a empresa cessionária obriga-se-á na forma da Lei Municipal 359/2007 a manter programa de ocupação de mão de obra de caráter aprendiz, destinando 5% dos empregos diretos, para jovens de 16 a 18 anos moradores da cidade e participantes de projetos sociais da administração municipal, respeitadas todas as garantias e proteções aos direitos dos adolescentes.

**Art. 5º** - Dar-se-á reversão do imóvel ao patrimônio público em caso de descumprimento de qualquer das obrigações da cessionária previstas no termo de compromisso de concessão de uso.

Parágrafo único – Incorre também em reversão do imóvel, previsto no caput deste artigo, o não cumprimento por parte da cessionária de qualquer das exigências previstas no art. 4º.

- **Art. 6º** Em caso de reversão dos bens ao Município, prevista no art. 5º, a empresa concessionária não fará jus a nenhuma indenização por benfeitorias por ela edificadas no terreno, ou a qualquer titulo.
- **Art. 7º** A cessão ou alienação do imóvel, objeto desta, só poderá ser feita, se atendidos os seguintes requisitos:
- I Decorridos 10 (dez) anos do pleno funcionamento da empresa cessionária:
- II Existência de edificação correspondente no mínimo a 60% da área do projeto aprovado para construção no imóvel;
  - III Estarem presentes os requisitos dispostos no artigo 4º;

Cuf

Childro Judge

Rua: Eloy Cândido de Melo, nº 477, bairro Centro - Sarzedo/MG



#### Estado de Minas Gerais

- IV Manutenção da atividade industrial e dos requisitos norteadores desta;
  - V Constar a presente lei como integrante do título de transferência;
- VI Análise e emissão de parecer favorável por parte do chefe do Poder Executivo Municipal.
- Art. 8º A autorização conferida ao Poder Executivo compreende a realização de todos os atos respectivos, incluso o de desafetação e notadamente assinatura de escritura pública.
  - §1º o instrumento público será lavrado quando:
  - I) estiverem cumpridas todas as obrigações por parte da cessionária ; e,
- II) tiverem sido quitados os impostos de transmissão e emolumentos incidentes na transmissão por parte da empresa cessionária.
- §2º Caso a cessionária comprove a necessidade de oferecer o imóvel em garantia de financiamento, para realizar investimentos na respectiva unidade industrial, a escritura poderá ser lavrada antes do disposto no §1º do art. 8º, contendo cláusula de reversão e as demais garantias sendo asseguradas por hipoteca em segundo grau a favor do município.
  - Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.
  - Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sarzedo, \_\_\_\_ de junho de 2009.

Childro Junioro

Rua: Eloy Cândido de Melo, nº 477, bairro Centro - Sarzedo/MG



Estado de Minas Gerais

#### ANEXO I

#### **MEMORIAL DESCRITIVO**

"Inicia-se no ponto 01 (um) localizado na divisa com o lote 17 (dezessete) da quadra 04 (quatro), segue limitando-se com o mesmo por uma extensão de 121,65 m (cento e vinte um metros e sessenta e cinco centímetros) até o ponto 02 (dois), localizado na divisa com a área de servidão da REGAP; deste, deflete-se a esquerda e segue por uma extensão de 20,03 m (vinte metros e três centímetros) passando pelo fundo do lote 18 (dezoito) até o ponto 03 (três), localizado na divisa com o lote 19 (dezenove); deste, deflete-se novamente a esquerda e segue limitando-se com o referido lote até o ponto 04 (quatro) de frente para a rua São Judas Tadeu; deste, deflete-se novamente a esquerda e segue por uma distância de 20,00 m (vinte metros), passando pela frente do lote 18 (dezoito) até o ponto 01 (um) onde iniciou-se esta descrição, totalizando uma área de 2.447,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta e sete metros quadrados).

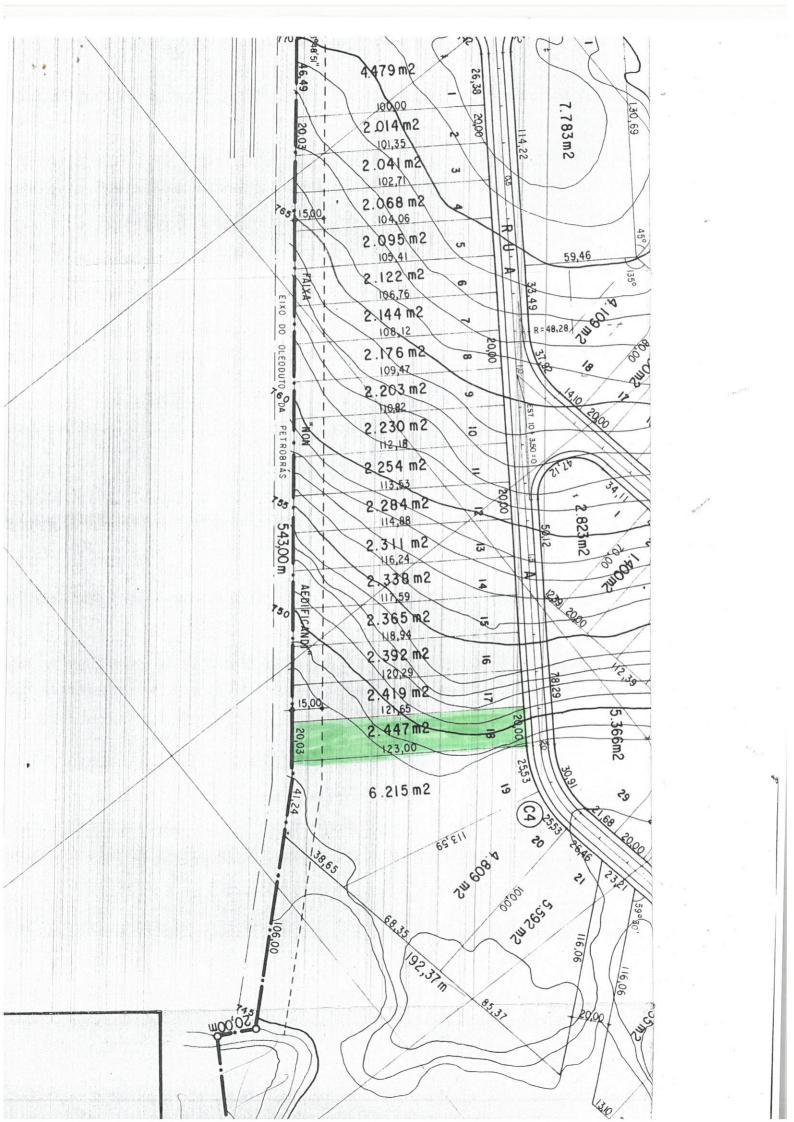
O imóvel descrito esta avaliado em R\$ 26.647,83 (vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e três centavos), conforme planta de valores genéricos do município de Sarzedo.

Sarzedo, \_\_\_\_ de junho de 2009.

W

Rua: Eloy Cândido de Melo, nº 477, bairro Centro - Sarzedo/MG

o/MG



# **ANEXO II**

# FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES BÁSICAS

# ENGEFER

# INDUSTRIA MECÂNICA LTDA.

# FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES BÁSICAS

01-	<u>A EMPRESA</u>
1.1-	RAZÃO SOCIAL: ENGEFER INDUSTRIA LTDA.
1.2-	ENDEREÇO ATUAL DA SEDE: : Rua Periná Venceslau do Prado, 1049
	Nº: 1049 BAIRRO: Juscelino Kubitschek CAIXA POSTAL: TELEFONE : (31)3534-3511 FAX: (031)3534-4210 CIDADE: Igarape UF: MG CEP: 32900-000 E.mail: engefer.industria@yahoo.com.br NOME PARA CONTATO: José Rodrigues Neto
1.3-	CONSTITUIÇÃO  DATA DE FUNDAÇÃO: INSCRIÇÃO ESTADUAL: 001.073.834.00-30 TIPO DE SOCIEDADE: LIMITADA ESTÁGIO ATUAL: EM CONSTITUIÇÃO ( ) EM ATIVIDADE ( x ) PARALISADA ( )
1.4- 1.4.1-	CAPITAL SOCIAL R\$ 30.000,00 MONTANTE E CONTROLE
	* MONTANTE: (R\$ ): R\$ DATA:
	CONTROLE NACIONAL (x) ESTRANGEIRO ()

#### 1.4.2- PRINCIPAIS ACIONISTAS OU COTISTAS

Nome da pessoa Física ou Jurídica	Domicílio ou Sede	Participação no capital social valor (R\$1.000)	%
Danel Martins Silva	São Jose Varginha	29.400,00	98
Adauto Antonio Sacramento	Belo Horiizonte	600,00	2

1.5- OBJETO SOCIAL: Ind. Serralheiria , Caldeiraria leve e Pesada, fabricação Estr. Metálicas, Usinagens.Manutençao Industrial, Locação de Mão de Obra especializadas.

1.6- PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS: Caldeiraria Pesada e Leve , Montagem de Estruturas 1.6.1- PRINCIPAIS CLIENTES: Magnesita S/A, Saint-Gobain Canaliação, Anglo Gold, Cisam Siderurgia. 1.6.2- PRINCIPAIS FORNECEDORES: Açocon, Flecaço, Gerdau, Bemat, Açosider, Powers Controls, Açotubos.

#### 1.7 - DIRETORIA ATUAL

NOME	PROFISSÃO	CARGO
José Rodrigues Neto	Diretor/Engenheiro	Diretor

1.8 - ÁREA ATUAL OCUPADA PELA EMPRESA: 8.840m2

1.8.1- ÁREA TOTAL: ÁREA CONSTRUÍDA : ( x) ALUGADA ( ) PRÓPRIA





# INDUSTRIA MECÂNICA LTDA.

#### ( ) OUTROS (ESPECIFICAR):

#### 1.9 - QUADRO DE PESSOAL ATUAL:

MÃO DE OBRA	QUANTIDADE
QUALIFICADA	22
SEMI QUALIFICADA	40
NÃO QUALIFICADA	20
TERCEIRIZADA-SERVIÇOS CONTABEIS	05
TOTAL	87

#### 1.10- FATURAMENTO

1.10.1- FATURAMENTO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (EXERCÍCIO ATUAL- ESTIMATIVA)

ANO	VALOR (R\$)
Novembro – 2006	2.968.906,10
Dezembro2007	3.114.438,20
Janeiro- 2008	4.335.860,70

#### 1.10.2 - FATURAMENTO DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES

MÊS/ANO - 2007	VALOR (R\$)
JANEIRO	311.267.15
FEVEREIRO	188.561.60
MARÇO	185.114.28
ABRIL	250.061.01
MAIO	294.001.51
JUNHO	444.558,22
JULHO	391.770,73
AGOSTO	462.330,82
SETEMBRO	445.294,96
OUTUBRO	448.762,82
NOVEMBRO	451.356,32
DEZEMBRO	462.781,64
TOTAL	4.335.860,70

#### 1.10.3- ORIGEM DO FATURAMENTO ATUAL

ORIGEM	PERCENTUAL (%)
INDÚSTRIA	65%
COMÉRCIO	
SERVIÇOS	35%
OUTROS	

#### 1.10.4- FATURAMENTO PREVISTO PARA 2.009. R\$ (5.000.000,00)

#### 2 - O PROJETO

- 2.1- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO: Fabricação de Equipamentos Industriais, Caldeiraria Pesada, Usinagem, Montagem Industrial, Manutenção Industrial.
- 2.2- INVESTIMENTO: R\$ 450.000,00
- 2.2.- RECURSOS A SEREM ALOCADOS (R\$ 1000):

1º ANO R\$ 250.000,00 2º ANO R\$ 200..000,00

3º ANO R\$

TOTAL DE INVESTIMENTO: R\$ 450.000,00

16



# INDUSTRIA MECÂNICA LTDA.

- 2.4 NECESSIDADE DO EMPREENDIMENTO COM RELAÇÃO Á ÁREA: Localidade de fácil acesso.
- 2.4.1- ÁREA DO TERRENO: 2.500m²
- 2.4.2- OBSERVAÇÃO:
- 2.4.3 PREVISÃO PARA UTILIZAÇÃO DA ÁREA (M2) PRETENDIDA: 2.500
  - ÁREA TOTAL ESCRTORIO: 200m²

GALPÃO FECHADO: 1000m<sup>2</sup>

- ARMAZENAGEM, MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS, CIRCULAÇÃO E ETC. 600 m²
- ÁREA PARA PRESERVAÇÃO MEIO AMBIENTE (JARDINS E ARBORIZAÇÃO) 200 m²
- ÁREA PARA EXPANSÃO FUTURA: (AVALIAR FUTURAMENTE)
- ÁREA PARA ESCRITÓRIOS, ESTACIONAMENTO ETC: 100 m²

#### 2.5.2 - CRONOGRAMA DE UTILIZAÇÃO DA ÁREA:

1º ANO	60%	
2º ANO	100%	
3º ANO	100%	
4º ANO	100%	

#### 2.6 - MÃO DE OBRA A SER UTILIZADA

MÃO DE OBRA	QUANTIDADE
QUALIFICADA	22
SEMI QUALIFICADA	40
NÃO QUALIFICADA	20
TERCEIRIZADA – SERVIÇOS CONTÁBEIS	5
TOTAL	872

#### 2.7 - PREVISÃO DE FATURAMENTO DA NOVA UNIDADE:

PERIODO	VALOR (R\$)
1º ANO	5.000.000,00
2º ANO	6.000.000,00
3º ANO	7.000.000,00
COM CAPACIDADE TOTAL INSTALADA	

#### 2.7.1- ORIGEM DO FATURAMENTO

PERÍODO	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	TOTAL
1º ANO	4.000.000,00		1.000.000,00	
2º ANO	5.000.000,00		2.000,000,00	
3º ANO				
C/ CAPACIDADE TOTAL				
INSTALADA				

#### 2.8- DESTINO DA PRODUÇÃO (MERCADOS)

MERCADOS	PARTICIPAÇÃO
LOCAL	%
REGIONAL	90
NACIONAL	10
INTERNACIONAL	

#### 2.9 - RECOLHIMENTO ANUAL DE IMPOSTOS - R\$

ICMS:

R\$ 300.000,00....

ISS (02%): R\$ 165.000,00

PIS:

R\$ nâo

RS

CONFINS: R\$



# INDUSTRIA MECÂNICA LTDA.

- 2.10 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PREVISÃO
- ELABORAÇÃO COMPLETA DO PROJETO: 365 DIAS.
- INÍCIO DAS OBRAS: 90 DIAS APÓS LIBERAÇÃO DA ÁREA
- INÍCIO OPERAÇÕES DA UNIDADE: 150 DIAS APÓS LIBERAÇÃO DA ÁREA
- 2.11- INFORMAÇÕES RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE
- 2.11.1 IMPACTO AMBIENTAL RUIDO
- 2.11.2 DEMANDA DE ENERGIA ELÉTRICA ALTA
- 2.11.3 CONSUMO DE ÁGUA POTÁVEL ALTA

Contagem, 28 de abril de 2009

Juliano Mendes Rodrigues

# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

#### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

C	REPÚBLICA FEDER ADASTRO NACIONAL	DA PESSO	DA JURÍDIO	CA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.620.627/0001-10	COMPROVANTE DE INSC CADAS	RIÇÃO E DI TRAL	E SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 22/04/2008	
NOME EMPRESARIAL ENGEFER INDUSTRIA LTD.	A				
TİTULO DO ESTABELECIMENTO (NO	DME DE FANTASIA)				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDA 25.42-0-00 - Fabricação de a	DE ECONÔMICA PRINCIPAL artigos de serralheria, exceto esqu	adrias			
25.11-0-00 - Fabricação de e	ADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS estruturas metálicas obras de caldeiraria pesada inagem, solda, tratamento e revest	imento em me	tais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATURE 206-2 - SOCIEDADE EMPRI	ZA JURÍDICA ESARIA LIMITADA				
AV PERINA VENCESLAU D	O PRADO	NÚMERO 1049	COMPLEMENTO		
	RRO/DISTRITO USCELINO KUBITSCHEK	MUNICÍPIO IGARAPE			UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				TA DA SITUAÇÃO CADAS /04/2008	TRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL				TA DA SITUAÇÃO ESPEC	IAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia 18/08/2008 às 14:52:03 (data e hora de Brasília).

Voltar

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui. Atualize sua página



### SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Comarca de Ibirité- Minas Gerais





LIVRO № 02 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA Nº 12.949

Oficial Harreiras

DATA: 12 de novembro de 2.001.

IMÓVEL: Lote nº 18 (dezoito) da quadra nº 04 (quatro) do DISTRITO INDUSTRIAL BENJAMIM GUIMARÃES, município de Sarzedo, com a área de 2.447,00m², limites e confrontações constantes da planta respectiva aprovada.

PROPRIETÁRIO: Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI/MG, inscrita no CGC sob o nº 16.523.664/0001-75, com sede em Belo Horizonte-MG.

REGISTRO ANTERIOR: Matrícula nº 0677, livro 2, deste Serviço.

\_REGISTROS E AVERBAÇÕES\_\_\_\_\_

- TRANSMITENTE: - 12.11.2001 R.1-12.949.Protoc.10.895.liv.1-A COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS - CDI/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 16.523.664/0001-75, com sede na rua Albita, n° 131, 9° ao 11° andar, Belo Horizonte-MG, representada por seus diretores, drs. Pedro Magalhães Bifano e Antônio Felipe Zeitune Filho. ADQUIRENTE: MUNICÍPIO DE SARZEDO, pessoa jurídica interno, inscrito no CNPJ sob o nº público 01.612.509/0001-58, representado pelo sr. José Pedro Alves. <u>COMPRA E VENDA</u>: Escritura lavrada no Serviço Notarial do 1º Ofício, desta cidade, às fls. 043, livro 0157-N, em 18 de setembro de 2.001, extraída por certidão em 19 de setembro de 2.001; re-ratificada às 138/139, livro 0157-N, do citado Serviço Notarial em 09 de novembro de 2.001. VALOR: R\$617.936,63 (seiscentos e dezessete mil, novecentos e trinta e seis reais e sessenta e três centavos), pagos da seguinte forma: R\$377.158,37 (trezentos e setenta e sete mil, cento e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos), em moeda corrente, correspondente à quitação dos lotes 02, 03, 04, 07 a 13 da <u>quadra 01</u>; lotes 07 a 12 da <u>quadra 02</u>; lotes 01 e 02 da <u>quadra 03</u>; lotes 27 a 29 da <u>quadra 04</u>; lotes 01 a 05, 07, 08, 10 a 14 e 18 da <u>quadra 05</u>; lotes 17 a 26 da <u>quadra 06</u>; lotes 15 a 26 da <u>quadra 07</u>; e lote 01 da <u>quadra 08</u>; e, o restante no valor de R\$240.778,26 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e oito reais e vinte e seis centavos), em 19 (dezenove) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$12.672,54 (doze mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), cada uma, a serem creditadas em favor da vendedora, na conta corrente nº 715.095-4, Banco Bradesco, agência 3.492-4, descontáveis do Fundo de Participação dos Municípios, referente a conta corrente do Município de Sarzedo nº 118.614-0, agência 2115-6, Banco do Brasil, conforme autorização constante da Lei Municipal nº 65/98, a todo dia 30, iniciando-se no mês de novembro do corrente ano, continua no verso...



#### CONTRATO SOCIAL

#### ENGEFER INDÚSTRIA LTDA

Contrato social que entre si fazem os abaixo assinado:

DANIEL MARTINS DA SILVA, brasileiro, casado sob regime de comunhão total de bens, empresário, nascido aos 12/05/1935, residente e domiciliado na Rua Tinguaçu, nº 859, bairro Novo Eldorado, na cidade de Contagem/MG, CEP: 32.341-210 portador da carteira de identidade M-713. 628 expedida pela SSP/MG e do CPF nº 038.466.106-82;

ADAUTO ANTONIO DO SACRAMENTO, brasileiro, casado sob regime de comunhão total de bens, empresário, nascido aos 31/03/1956, residente e domiciliado na Rua Vila Rica, nº 1530 A, bairro Monsenhor Messias, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP: 30.720-380, portador da carteira de identidade M-2.269.310 expedida pela SSP/MG e do CPF nº 378.181.806-30; Vem por este instrumento particular e na melhor forma de direito, constituírem entre si uma Sociedade Empresária Limitada, que se regerá pelas seguintes cláusulas e á lei 10.406/2002:

I - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO.

A firma girará sob a denominação social de "ENGEFER INDÚSTRIA LTDA", com sede estabelecida na Av. Perina Venceslau do Prado, n.º 1049, bairro Juscelino Kubitschek, na cidade de Igarapé/MG, CEP: 32.900-000, ficando eleito o foro desta comarca para qualquer ação fundada no presente contrato.

#### II - DA DURAÇÃO.

A empresa iniciará suas atividades na data do registro deste contrato, sendo o seu prazo de duração por tempo indeterminado.

#### III - DO OBJETO SOCIAL.

O objeto da sociedade é o de: Fabricação de artigos de serralheria, estruturas metálicas diversas, caldeiraria leve e pesada, serviços de usinagem em geral e manutenção industrial.

#### IV-DO CAPITAL SOCIAL

O capital social expresso em moeda corrente do país e totalmente integralizado é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo dividido em 20000 (vinte mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, e da seguinte forma distribuído para cada sócio:

DANIEL MARTINS DA SILVA-----98,00%--19600cotas---R\$19.600,00 ADAUTO ANTONIO DO SACRAMENTO--02,00%-- 400cotas---R\$ 400,00 TOTAL------100,00%--20000cotas---R\$20.000,00

Parágrafo primeiro – Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Novo Código Civil.

#### V - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

Os sócios que representam, no mínimo, a ¾ (três quartos) do capital social poderão promover a alteração do contrato social, independentemente do consentimento expresso ou tácito, por parte dos demais sócios, especialmente no que tange à exclusão de sócio que passe a colocar em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo primeiro – O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada pela maioria, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência do prazo mínimo de 39 (trinta) dias, findo o qual o siencio será tido como desinteresse.

The east



Parágrafo segundo – Caso os demais sócios decidam adquirir as quotas do sócio retirante, os haveres deste serão pagos, após o levantamento do balanço geral da sociedade, em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da retirada do sócio.

Parágrafo terceiro — A exclusão de sócio somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, estando o sócio excluído ciente em tempo hábil para permitir o seu comparecimento e o exercício do seu direito de defesa.

### VI - DA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIRA E APROVAÇÃO DE CONTAS.

As deliberações relativas à aprovação das contas dos administradores, aumento/redução do capital, designação, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

Parágrafo primeiro — A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação, pelos administradores ou pelos sócios, quando os administradores retardarem a convocação por mais de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo segundo – As deliberações aprovadas, no mínimo, ¾ do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior "quorum".

Parágrafo terceiro – Fica dispensada a formalidade da convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia, nos termos do Parágrafo 2º, Artigo 1.072, da Lei nº 10.406, de 2002.

Parágrafo quarto – Se todos os sócios se decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da reunião, fica dispensada a sua realização, nos termos do Parágrafo 3º, Artigo 1.072, da Lei nº 10.406, de 2002.

#### VII - DAS QUOTAS.

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Novo Código Civil.

#### VIII - DOS LUCROS E/OU PREJUÍZOS.

O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a cada 31 de dezembro de cada ano, ser levantado o balanço geral da sociedade, obedecidas às prescrições legais e técnicas pertinentes à espécie. Os resultados poderão ser divididos entre os sócios proporcionalmente à importância do capital social de cada um, podendo ainda os lucros a critério dos sócios serem distribuídos ou ficarem sob reservas na sociedade.

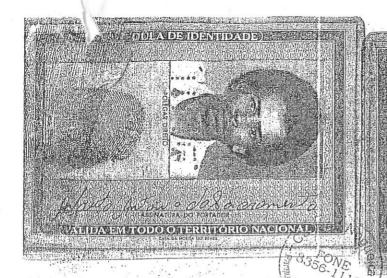
#### IX - DA ADMINISTRAÇÃO.

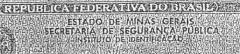
A administração social será exercida pelo sócio DANIEL MARTINS DA SILVA.

Fará uso da denominação social em todos os atos que criem obrigações e direitos para com a sociedade, podendo para tanto emitir cheques, promissórias, letras de câmbio, aceitar duplicatas, movimentar conta bancária, endossar qualquer documento público ou particular. Praticar todos os atos que são permitidos na gerência da sociedade, desde que contenham em seu objeto, sendo vedado a qualquer sócio o uso da denominação social para benefício próprio ou para conceder aval ou fiança.

#### X - DA RETIRADA.

O sócio DANIEL MARTINS DA SILVA terá direito a uma retirada mensal a título de prólabore, a ser fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro dos limites estabelecidos pela legislação do imposto de renda. X





ADAUTO APPOULO DO SACE AMENTO

Waldeney do Sacramento e Maria Jose Becremento

BELO HERITZONTE MET

19:03:1980

ANADONALIS T SCHOOL SOLUTION OF THE STATE OF

AUC 95433

TONE OF THE PROPERTY OF THE PR - CARTORIO NOGUEIRA - CONTAGEN - MG Av. Joan Cesar de Oliveira.1548 - Eldorado - 335

AUJENTICACAO

Conferida e achada conforme o priginal que me foi exit

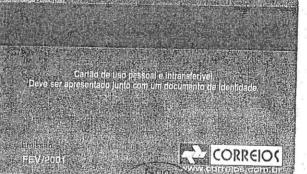
do que dou fé.

Contages, 11/03/2008 08:27:14,22334

Ana Lucia Enoque -Escrevente

Taxa Fisc.::R\$0.84 Emot.;:R\$2,67 Total:R\$3,51





Av. Joan Cesar de Oliveira, 1548 - Eldorado - 3356-1

AUTENTICACAO

Conferida e achada conforme o original que me foi exid

do que dou fé.

Contagem, 11/03/2008 08:27:45,26610

Ana Lucia Encous - Eschevente

Taxa Fisc.::R\$0,84 Emol.::R\$2,67 Total:R\$3.51

AUTENTICAÇÃO

95432 AUC

NOTA FISCAL/FATURA DE SERVIÇOS

SPBH/DINT 101 310620058 70 21 25 076 014236 Pág.: 01/01

GRUP0:101

ADAUTO A.SACRAMENTO R VILA RICA MONSENHOR MESSIAS A água de Minas 30720-380

1530 CA A

BELO HORIZONTE

MATRICULA 0 002 414 735 4 Vencimento 12/05/2009

01.09.19670927-0	Número da fatura: 0	is por Categoria dustrial Pública	Comercial In	Quantidad Residencial	Produto	ador	Identific
30/04/2009	Emissão da fatura:	Próxima Leitura			Água	282534	do Hidrô
05/2009	Mês/Referência:	28/05/2009	Dias de Consumo 32	Anterior 93 3/2009	3	Atual 06	Leitura 4
32,41 19,47	de Lançamentos	. Descrição	AGUA	Média Diària m3	Dias entre Medições	Valuma	28/04/
			ESGOTO	0,41 0,43 0,37 0,41 0,50 0,37 0,34 0,44 0,37 0,30 0,29	32 28 30 29 32 30 29 32 30 30 30	11	Mai/2009 Abr/2009 Mar/2009 Fev/2009 Jan/2009 Dez/2008 Nov/2008 Out/2008 Set/2008 Ago/2008

Total a Pagar 

# ATENDIMENTO TELEFONICO 115 - 24 HORAS

# Mensagens relativas à fatura:

Agência mais próxima:

R TREMEDAL 36 CARLOS PRATES
De 08:30 as 17:30 Tel: 0 115

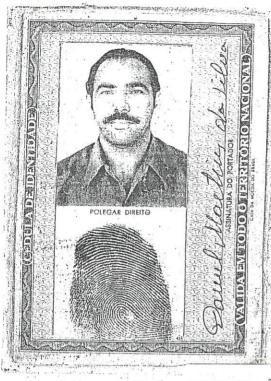
### Informações gerais:

COPASA NA LUTA CONTRA A DENGUE. FAÇA SUA PARTE: ELI-MINE PONTOS DE ÁGUA PARADA. FALE ISSO COM AS PESSOAS. CADASTRAMENTO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL DE 15 A 19 DE JUNHO 2009.INSCREVA SEU FILHO NASCIDO ATÉ 30/06/04

# Pagando até o vencimento, você evita:

COBRANCA DE MULTA DE 2%, JUROS DE MORA, ATUALIZACAO MONETARIA, EMISSAO DE AVISO DE DEBITO E SUSPENSAO DO FORNECIMENTO.

DE OGITIO EGGETT	-bra a gual	idade da i	agua: Perío				
Informações s Parâmetro Cloro Coliformes Totais Cor Escherichia coli	Unidade mg/L Cl	Mínimo 619 619 143 0	Núme Analisadas 655 653 164	ero de amostre Fora padrões 0 11 3	Dentro padrões 655 642 161 10	Valor médio 1,02 98,32 % 1,20	Limites 0,20 a 2,00 0bs. 15,00 0bs.







AUC 83952

CARTORIO NOBUEIRA - CONTAGEN - MS

Av. Joan Cesar de Oliveira,1548 - Eldorado - 3356

AUTENTICACAD

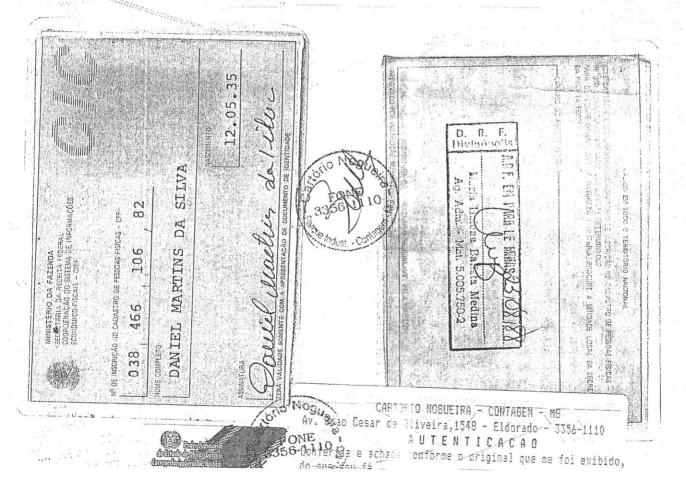
Conferida e achada conforme o crisinal que me foi exitado

do que dou fé.

Contagem, 26/02/2/08 08:40:18 10614

Simone Saptana de Melo - Escrevence

Taxa Fisc. 1:R\$0,84 Emol. 1:R\$2.67 Total:R\$3,51



NOTA FISCAL/FATURA DE SERVIÇOS

SPMT/DTCN 117 311860052 13 45 10 141 007577 Pág.: 01/01



23/01/2008

DANIEL M DA SILVA R TINGUACU NOVO ELDORADO 32341-210

21/12/2007

CONTAGEM

GRUP0:117

859

PARA CONTATO COM A COPASA INFORME ESTE NÚMERO

MATRICULA 0 001 162 123 1

33

Vencimento 07/02/2008

Identificador Produto Quantidade de Economias por Categoria Residencial Comercial Industrial Públic do Hidrômetro Água Y04X 008034 Esgoto Leitura Atual 514 Leitura Anterior 502 Dias de Próxima Leitura

22/02/2008

Número da fatura: 001.08.04031366-4 Emissão da fatura: 25/01/2008 Mês/Referência: 01/2008

Volume Faturado m3 Média Diaria m3 Dias entre Medições Jan/2008 33 28 0,36 0,43 0,39 0,41 0,41 12 Dez/2007 Nov/2007 12 13 12 13 12 12 12 12 16 31 Out/2007 29 31 Set /2007 Ago/2007 0.42 Ju1/2007 Jun/2007 32 0.40 Mai/2007 Abr/2007 Mar/2007 29 32 0,41 0,50 28 Fev/2007 0.40

Descrição de Lançamentos 32,76 7,63-AGUA - DESCONTO POR CONSUMO MINIMO ESGOTO 19,66 ESGOTO - DESCONTO POR CONSUMO MINIMO 0198-

> Total a Pagar \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*R\$49,81

Mensagens relativas à fatura:

FAT. CONSUMO MEDIO - PORTAO FECHADO

Informações gerais:

FIQUE ATENTO: AS AGUAS DE CHUVA (PLUVIAIS) NAO PODEM SER LANCADAS NAS INSTALACOES DE ESGOTO DO SEU IMOVEL.

ATENDIMENTO TELEFONICO 115 - 24 HORAS

Agência mais próxima: AV JOSE FARIA DA ROCHA 2204 ELDORADO De 08:00 as 16:30 Tel: 0 115 Pagando até o vencimento, você evita:

COBRANCA DE MULTA DE 2%, JUROS DE MORA, ATUALFZACAO MONETARIA, EMISSAO DE AVISO DE DEBITO E SÚSPENSAO DO FORNEC IMENTO

Informações :	sobre a quali	dade da á	gua: Perí	odo 11/20	07		
Parâmetro .	Unidade	Mínimo	Analisadas	ero de amostra Fora padrões	Dentro padrões	Valor mědio	Limites
Coliformos Totais	mg/L CI NMP/100mL	245	264	3	261 250	0,82	0,20 a 2.00
Cor	uH	68	84	0	84	95,06 %	0bs. 15.00
Escherichia coli Fluoreto	NMP/100mL mg/L F	0	13	1	12	-	Obs.
Turbidez	UT	68	46 84	0	34 84	0,81	0.60 a 0.85
pH		68	84	Ö	84	8.02	5,00 6,00 a 9.50
Significado de	os parâmetros:	vide verso				and the owners.	Processing and the Contract of

TABELIONATO MOTA 1º Oficio de Notas - Contagem - MG Certifico que a presente cópia é idêntica ao original que me foi apresentado.Dou fé.

CONTAGEM MG

7 FEV. /2008

Marcelb Garelds Escrevente Substituto

EMOL.: R\$ 2/67 TUE V.84 TOTAL

Wellington L. Gonzaga Mota Escrevente Substituto



#### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

09620627/0001-10, 09620627/0001-10

Razão Social:

**ENGEFER INDUSTRIA LTDA** 

Endereço:

AV PERINA VENCESLAU DO PRADO 1049 / JUSCELINO KUBITSCHE / ITABIRA /

MG / 32900-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/04/2009 a 22/05/2009

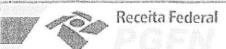
Certificação Número: 2009042311575247934781

Informação obtida em 23/04/2009, às 11:57:52.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br









### CERTIDÃO CONJUNTA



#### MINISTÉRIO DA FAZENDA Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional Secretaria da Receita Federal do Brasil

# CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ENGEFER INDUSTRIA LTDA

CNPJ: 09.620.627/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">http://www.pgfn.fazenda.gov.br</a>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB  $n^{o}$  3, de 02/05/2007. Emitida às 09:48:46 do dia 30/04/2009 <hora e data de Brasília>. Válida até 27/10/2009.

Código de controle da certidão: D5A8.9E60.32FB.28D4

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta





#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

#### CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 05/05/2009

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 03/08/2009

NOME/NOME EMPRESARIAL: ENGEFER INDUSTRIA LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 001073834.0030 CNPJ/CPF: 09.620.627/0001-10 SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA PERINA VENCESLAU DO PRADO NÚMERO: 1049

COMPLEMENTO: BAIRRO: JUSCELINO KUBITSCHEK CEP: 32900000

DISTRITO/POVOADO: MUNICÍPIO: IGARAPE UF: MG

Certificamos não haver débito de responsabilidade do interessado acima identificado, ressalvado o direito de a Fazenda Pública constituir novos créditos tributários, que ainda não foram apurados ou lançados até essa data, incluídos aqueles relativos ao ITCD.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO	

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2009000020150690

BALANCO PATRIMONIAL ANALITICO DE DEZEMBRO/2008

ENGEFER INDUSTRIA LTDA CNPJ : 09.620.627/0001-10

NIRE: 31208124883 Data: 22/04/2008

Pág.: 0001

ATIVO

CIRCULANTE

93.939,44D

93.939,44D

DISPONIBILIDADES

15.236,81D

CAIXA GERAL

15.236,81D

78.702,63D

DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO ADIANTAMENTOS

ARREDONDAMENTO SALARIO

0,65D

ESTOQUES

ESTOQUES DE MERCADORIAS/PRODUTO

78.701,98D

TOTAL DO ATIVO

Igarape, 31 de Dezembro de 2008

SEFER INDUSTRIA LTDA DANIEL MARTINS DA SILVA

SOCIO ADMINISTRADOR

C.I.: M-713.628 CPF: 038.466.106-82

MARIO LUCTO GONCALVES DE MOURA CRCMG: 62.967/0-0 CPF:426.407.256-53

Mário Lúcio Gonçalves de Moura / MasterMaq Informática

BALANCO PATRIMONIAL ANALITICO DE DEZEMBRO/2008

ENGEFER INDUSTRIA LTDA

CNPJ: 09.620.627/0001-10

NIRE: 31208124883 Data: 22/04/2008

Pág.: 0002

PASSIVO

1114

PASSIVO CIRCULANTE

5.210,72C

OBRIGACOES TRABALHISTAS

ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

INSS A RECOLHER

45,65C

OBRIGACOES TRIBUTARIAS

5.165.07C

IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE RECEITAS SIMPLES A RECOLHER

5.165,07C

88.728.72C

PATRIMONIO LIQUIDO

20.000.000

45,65C

CAPITAL

CAPITAL SOCIAL CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO

20.000,00C

68.728.72C

LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS

LUCROS E PREJUIZOS DO PERIODO

LUCROS ACUMULADOS

68.728,72C

TOTAL DO PASSIVO

93.939.440

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2008, estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R\$ 93.939,44 (NOVENTA E TRES MIL E NOVECENTOS E TRINTA P NOVE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).

Igarape, 31 de Dezembro de 2008

ENGEFER INDUSTRIA LTDA

DANIEL MARTINS DA SILVA SOCIO ADMINISTRADOR

C.I.: M-713.628 CPF: 038.466.106-82

MARIO LUCIO GONCALVES DE MOURA CRCMG: 62.967/0-0 CPF:426.407.256-53

Mário Lúcio Gonçalves de Moura / MasterMaq Informática

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31/12/2008

ENGEFER INDUSTRIA LTDA CNPJ : 09.620.627/0001-10

Pág.: 0001

RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVICOS	40 40 40 40 40 40 40 40 40 40 40 40 40 4
VENDA DE PROD. DE FABRICACAO PROPRIA	62.048,00
RECEITAS G/ SERVICOS	16.000,00
OUTRAS RECEITAS	39.600,00
DEDUCOES DAS RECEITAS COM VENDAS	
SIMPLES S/ VENDAS	(5.660, 58)
RECEITAS FINANCEIRAS	
RECEITAS COM PARTICIPACOES SOCIETARIAS	
ALIENACAO DE BENS PERMANENTES	
DEDUCOES DAS ALIENACOES BENS PERMANENTES	
REVERSOES DE PROVISOES	
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(25.299,20)
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(23.299,20)
DESPESAS OPERACIONAIS-COMERCIAIS	
DESPESAS OPERACIONAIS -ADMINISTRATIVAS	(1.245,00)
PRO-LABORE	(3.290,40)
AGUA E ESGOTO	(11.121,62)
ENERGIA ELETRICA	(1:431,27)
HONORARIOS CONTABEIS	(415,00)
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	• • • • • • • • • • • • • • • • • • •
DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTARIAS	
TAXAS DIVERSAS	(20,88)
TFLF E TFS	(419,97)
MULTAS DIVERSAS	(15, 36)
DESP. OPERACIONAIS-PERDAS PARTC. SOCIET.	
OUTRAS DESPESAS OPERCIONAIS	
DESPESAS NAO OPERACIONAIS	
CONTAS DE APURACOES FINAIS	
PROVISOES P/IMPOSTOS E CONT. S/LUCRO	
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	
SALDO INICIAL (CONTA TRANSITORIA)	
RESULTADO DO EXERCICIO	68.728,72
RESULTADO DO EXERCICIO	00.720,72
	r
No. 1	- بــــــــــــــــــــــــــــــــــــ
	CALVES DE MOURA CPF:426.407.256=53
DANIEL MARTINS DA SILVA CRCNG: 62.967/0=0 SOCIO ADMINISTRADOR	CEE:420.407.230=33
SOCIO ADMINISTRADOR	

C.I.: M-713.628 CPF: 038.466.106-82

1 . 6



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 061582009-11022010

Nome: ENGEFER INDUSTRIA LTDA

CNPJ: 09.620.627/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Esta certidão, emitida em nome da matriz é válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa do INSS, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as inscrições em Dívida Ativa da União, administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão tem as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, e alterações, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;

- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;

 - baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples, inclusive a decorrente de cisão total, fusão ou incorporação.

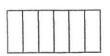
A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">http://www.receita.fazenda.gov.br</a>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida em 26/05/2009. Válida até 22/11/2009.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção:qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Valor Adicionado Fiscal - Simples Nacional

#### Recibo de Transmissão do Arquivo

Nº do protocolo de transmissão: 200.901.547.869-9

Data/Hora da transmissão: 27/05/2009

08:16:11

Período de referência:

Substituição da declaração: N

01/2008 a 12/2008

Contribuinte:

ENGEFER INDUSTRIA LTDA

Inscrição Estadual:

0010738340030

IGARAPE

Município: Regime de recolhimento:

Simples Nacional

Apuração do Valor Adicionado Fiscal -

VAF

20.239 Saídas Outras Entradas 20.239 Valor Adicionado

Os dados informados não serão considerados caso as declarações sejam recusadas pelo processamento de dados da SEF. Nesta hipótese, será expedida uma comunicação ao contribuinte supra identificado.

Este recibo deverá ser mantido em seu poder pelo prazo previsto no parágrafo primeiro do art. 96 do RICMS/96

Secretaria o	de Estado de Faz do Valor Adicior	enda de Min nado Fiscal -	as Gerais Exercício: 2	008	Impresso em	27/05/2009 08:21:15	
		The second state of the second	DICIONAL FISCA				
Contribuinte: Município:	<b>0010738340030</b> IGARAPE	- ENGEFE					
			VAF				
Saídas:		20.239	Outras entra VAF	adas:		0 20.239	
Mudança Muni	cípio:						
			- g)				

CADAS	SAIDAS SIMPLIFICADAS		
112.360	Receita Bruta	79248	
0	Distribuição dos valores de saída		
0	Receita Bruta ICMS	63248	
U	Receita Bruta ISS	16000	
	Transferência Mercadoria	0	
	Transporte tomado:	O	
	Autuações fiscais:	0	
	112.360	112.360 Receita Bruta  Distribuição dos valores de saída Receita Bruta ICMS Receita Bruta ISS  Transferência Mercadoria  Transporte tomado:	



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº. 350/2007

"Da nova redação ao artigo 2º da lei municipal nº. 90/99 que define a política de bens imóveis do patrimônio público municipal, para fins de instalação de indústrias no Distrito Industrial Benjamim Ferreira Guimarães".

O Sr. Prefeito do Município de Sarzedo:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, em nome do povo, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Artigo 2º da lei municipal nº. 90/99 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º – Para efeito de comprovação do interesse público, de que trata o artigo precedente, o Chefe do Poder Executivo encaminhará proposta da empresa, constando os dados necessários para avaliação do Poder Legislativo, além do memorial descritivo, planta e laudo avaliatório da área a ser doada para implantação da empresa, que manifestar-se-á em 20 (vinte) dias contados do recebimento destes documentos, por votação plenária, com quorum de maioria simples, após parecer da comissão de Constituição, Justiça, Orçamentos e Tomada de Contas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sarzedo, 23 de novembro de 2007.

MARCELO PINHEIRO DO AMARAL
Prefeito Municipal



CNPJ: 02.306.182/0001-04 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/7335 - 7845 - Fax: (031) 3577/7401

E-mail: camarasarzedo@yahoo.com.br

PARECER da Comissão de Justiça, Legislação, Finanças, Orçamentos, tomadas de Contas e Redação Final.

Projeto de Lei nº 30/2009 "Autoriza o Executivo a conceder direito real de uso de imóvel que menciona, à empresa Engefer Indústria Ltda., visando sua instalação no município, e dá providências"

#### 1 - RELATÓRIO:

Recebeu esta Câmara Municipal de Vereadores Projeto de Lei nº 30/2009 de autoria do Prefeito Municipal com o intuito de seja autorizado o executivo a conceder direito real de uso à Empresa mencionada.

Autuado o Projeto, lido em plenário vem agora a essa comissão nos termos ao art. 107, inciso I, alínea "g" do Regimento Interno.

Recebido o PROJETO nessa COMISSÃO foi, pelo Presidente da Comissão repassado ao Relator em cumprimento ao art. 137 "caput" do Regimento Interno.

É o relatório.

2 - FUNDAMENTAÇÃO:

AL AND



CNPJ: 02.306.182/0001-04 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/7335 - 7845 - Fax: (031) 3577/7401

E-mail: camarasarzedo@yahoo.com.br

Compete a esta comissão o EXAME do Projeto nos aspectos de CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e JURIDICIDADE e bem assim quanto a ASPECTO GRAMATICAL E LÓGICO.

O projeto respeita e encontra respaldo no texto Constitucional Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

A finalidade destes princípios é a escolha da solução mais adequada ao interesse público, de modo a satisfazer plenamente a demanda social. A Administração Pública deve empregar meios idôneos e adequados ao fim pretendido, não mais, nem menos.

Além de Constitucional o projeto também é LEGAL, pois que respeita a Lei Municipal nº 90/99, colacionamos:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar bens imóveis do patrimônio público do Município de Sarzedo, para fins de instalação de indústrias no Distrito Industrial Benjamim Ferreira Guimarães, de conformidade com o disposto nesta Lei.

Parágrafo Único – A alienação, ora autorizada, dar-se-á na modalidade de doação com encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, sendo dispensada a licitação no caso de interesse público devidamente justificado, visando:

I – geração de emprego para os municípios;

II - aumento de arrecadação municipal;

III - melhoria da qualidade de vida dos munícipes:

IV - desenvolvimento econômico e social do Município.



CNPJ: 02.306.182/0001-04 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/7335 - 7845 - Fax: (031) 3577/7401

E-mail: camarasarzedo@yahoo.com.br

O projeto também é JURÍDICO, pois que não há no MUNDO DO DIREITO qualquer óbice ou empecilho à matéria por ele tratada.

Com este formato a REDAÇÃO atende aos preceitos da LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 95 de 26 de fevereiro de 1998.

3 - CONCLUSÃO:

SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL à APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI 30/2009.

Sala das Reuniões, 29 de junho de 2009.

RODRIGO ANTÔNIO FERRETTE - Presidente da Comissão

Relator

Membro da Comissão



CNPJ: 02.306.182/0001-04 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/7335 - 7845 - Fax: (031) 3577/7401

E-mail: camarasarzedo@yahoo.com.br

### PROPOSIÇÃO DE LEI 28/2009

"Autoriza o Executivo a conceder direito real de uso de imóvel que menciona, à empresa Engefer Indústria Ltda, visando sua instalação no município, e dá providências"

O povo de Sarzedo aprovou, e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

- Art. 1º- Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso, na forma gratuita, do imóvel localizado no Distrito Industrial Benjamim Ferreira Guimarães, descrito no §1º desse artigo à empresa Engefer Indústria Ltda, CNPJ 09.620.627/0001-10.
- § 1°- O imóvel mencionado no caput é formado pelo lote 18 (dezoito) da quadra 04 do Distrito Industrial Benjamim Ferreira Guimarães, conforme descrito no anexo I.
- § 2° A origem registral do imóvel descrito no §1° é respectivamente a matrícula n.° 12.949, do livro n.° 02 do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirité.
- § 3° A concessão de direito real de uso, via instrumento particular, far-se-á antes da instalação prevista no § 1° do art. 3° observado o disposto no §1° do artigo 8°.
- §4º A concessão de direito real de uso, por instrumento público, será feita após o início das atividades dita no §1º do art. 3º, cumpridas as determinações do art. 4º e do §1º do artigo 8º.





CNPJ: 02.306.182/0001-04 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/7335 - 7845 - Fax: (031) 3577/7401

E-mail: camarasarzedo@yahoo.com.br

Art. 2° - Fica desafetado o imóvel descrito nos §§1° e 2° do artigo 1° e anexo I, passando de bem de uso comum para dominial.

- Art. 3º O bem descrito no art. 1º, destina-se à implantação da empresa, configurando o uso industrial encargo da cessão de uso, sendo decorrentes deste uso, a execução dos compromissos definidos no protocolo de intenções subscrito pela mesma que forma o anexo II desta lei.
- § 1º O prazo para início das obras de implantação do empreendimento é de, no máximo, seis meses após a assinatura do TERMO DE COMPROMISSO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITO REAL DE USO.
- § 2º O prazo máximo para o início das atividades é de doze meses, contados a partir da data de emissão do alvará de construção, entendendo-se como data comprovadora do funcionamento da empresa o da emissão da primeira nota fiscal pela empresa cessionária do uso.
- § 3º A empresa deverá apresentar os projetos da edificação industrial num prazo de três meses após a assinatura do termo de compromisso de cessão gratuita de direito real de uso.
- $\$  4° A não apresentação dos projetos no prazo estabelecido no  $\$  3°, implica no cancelamento da presente cessão.
- Art. 4º Para fazer jus à cessão de uso gratuita, de que trata esta Lei, a empresa cessionária comprometeu-se com as seguintes exigências:



CNPJ: 02.306.182/0001-04 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/7335 - 7845 - Fax: (031) 3577/7401

E-mail: camarasarzedo@yahoo.com.br

 l - geração efetiva de 87 empregos diretos, com prioridade para utilização de mãode-obra de pessoas residentes em Sarzedo;

II - geração de receita fiscal anual para o Município orçada em R\$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), conforme projeção após o 3º ano de atividade;

III - faturamento fiscal positivo anual superior a R\$ 5.000.000,00 no primeiro ano, e a R\$ 7.000.000,00 a partir do 3º ano de funcionamento.

IV - Edificar a área mínima de 1.200,00 m² (hum mil e duzentos metros quadrados)

V - Utilizar o imóvel única e exclusivamente para fins industriais.

Parágrafo Único - Além do compromisso expresso no caput, a empresa cessionária obriga-se-á na forma da Lei Municipal 359/2007 a manter programa de ocupação de mão de obra de caráter aprendiz, destinando 5% dos empregos diretos, para jovens de 16 a 18 anos moradores da cidade e participantes de projetos sociais da administração municipal, respeitadas todas as garantias e proteções aos direitos dos adolescentes.

Art. 5º - Dar-se-á reversão do imóvel ao patrimônio público em caso de descumprimento de qualquer das obrigações da cessionária previstas no termo de compromisso de concessão de uso.

Parágrafo único – Incorre também em reversão do imóvel, previsto no caput deste artigo, o não cumprimento por parte da cessionária de qualquer das exigências previstas no art. 4°.



CNPJ: 02.306.182/0001-04 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/7335 - 7845 - Fax: (031) 3577/7401

E-mail: camarasarzedo@yahoo.com.br

Art. 6º - Em caso de reversão dos bens ao Município, prevista no art. 5º, a empresa concessionária não fará jus a nenhuma indenização por benfeitorias por ela edificadas no terreno, ou a qualquer titulo.

- **Art.** 7º A cessão ou alienação do imóvel, objeto desta, só poderá ser feita, se atendidos os seguintes requisitos:
  - I Decorridos 10 (dez) anos do pleno funcionamento da empresa cessionária;
- II Existência de edificação correspondente no mínimo a 60% da área do projeto aprovado para construção no imóvel;
  - III Estarem presentes os requisitos dispostos no artigo 4°;
  - IV Manutenção da atividade industrial e dos requisitos norteadores desta;
  - V Constar a presente lei como integrante do título de transferência;
- VI Análise e emissão de parecer favorável por parte do chefe do Poder Executivo Municipal.
- Art. 8º A autorização conferida ao Poder Executivo compreende a realização de todos os atos respectivos, incluso o de desafetação e notadamente assinatura de escritura pública.





CNPJ: 02.306.182/0001-04 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/7335 - 7845 - Fax: (031) 3577/7401

E-mail: camarasarzedo@yahoo.com.br

§1º - o instrumento público será lavrado quando:

I) estiverem cumpridas todas as obrigações por parte da cessionária ; e,

II) tiverem sido quitados os impostos de transmissão e emolumentos incidentes na transmissão por parte da empresa cessionária.

§2º - Caso a cessionária comprove a necessidade de oferecer o imóvel em garantia de financiamento, para realizar investimentos na respectiva unidade industrial, a escritura poderá ser lavrada antes do disposto no §1º do art. 8º, contendo cláusula de reversão e as demais garantias sendo asseguradas por hipoteca em segundo grau a favor do município.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GISELE KEILE** 

Sarzedo, 30 de junho de 2009.

WILSON RAMOS DE JESUS

Presidente

EDMILSON MIGUEL JÚLIO Vice- Presidente

(Acarella)

IVEIRA PACITO

Secretária



CNPJ: 02.306.182/0001-04 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/7335 - 7845 - Fax: (031) 3577/7401

E-mail: camarasarzedo@yahoo.com.br

#### ANEXO I

#### MEMORIAL DESCRITIVO

"Inicia-se no ponto 01 (um) localizado na divisa com o lote 17 (dezessete) da quadra 04 (quatro), segue limitando-se com o mesmo por uma extensão de 121,65 m (cento e vinte um metros e sessenta e cinco centímetros) até o ponto 02 (dois), localizado na divisa com a área de servidão da REGAP; deste, deflete-se a esquerda e segue por uma extensão de 20,03 m (vinte metros e três centímetros) passando pelo fundo do lote 18 (dezoito) até o ponto 03 (três), localizado na divisa com o lote 19 (dezenove); deste, deflete-se novamente a esquerda e segue limitando-se com o referido lote até o ponto 04 (quatro) de frente para a rua São Judas Tadeu; deste, deflete-se novamente a esquerda e segue por uma distância de 20,00 m (vinte metros), passando pela frente do lote 18 (dezoito) até o ponto 01 (um) onde iniciouse esta descrição, totalizando uma área de 2.447,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta e sete metros quadrados).

O imóvel descrito esta avaliado em R\$ 26.647,83 (vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e três centavos), conforme planta de valores genéricos do município de Sarzedo.



CEP. 32.450-000/ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ. 01.612.509/0001-58

#### LEI 425/2009

"Autoriza o Executivo a conceder direito real de uso de imóvel que menciona, à empresa Engefer Indústria Ltda, visando sua instalação no município, e dá providências"

O Sr. Prefeito do Município de Sarzedo:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, em nome do povo, sanciono a seguinte LEI:

- **Art. 1º-** Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso, na forma gratuita, do imóvel localizado no Distrito Industrial Benjamim Ferreira Guimarães, descrito no §1º desse artigo à empresa Engefer Indústria Ltda, CNPJ 09.620.627/0001-10.
- § 1°- O imóvel mencionado no caput é formado pelo lote 18 (dezoito) da quadra 04 do Distrito Industrial Benjamim Ferreira Guimarães, conforme descrito no anexo I.
- § 2° A origem registral do imóvel descrito no §1° é respectivamente a matrícula n.º 12.949, do livro n.º 02 do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirité.
- § 3° A concessão de direito real de uso, via instrumento particular, far-se-á antes da instalação prevista no § 1° do art. 3° observado o disposto no §1° do artigo 8°.
- §4° A concessão de direito real de uso, por instrumento público, será feita após o início das atividades dita no §1° do art. 3°, cumpridas as determinações do art. 4° e do §1° do artigo 8°.

(m)



CEP. 32.450-000/ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ. 01.612.509/0001-58

Art. 2° - Fica desafetado o imóvel descrito nos §§1° e 2° do artigo 1° e anexo I, passando de bem de uso comum para dominial.

Art. 3º - O bem descrito no art. 1º, destina-se à implantação da empresa, configurando o uso industrial encargo da cessão de uso, sendo decorrentes deste uso, a execução dos compromissos definidos no protocolo de intenções subscrito pela mesma que forma o anexo II desta lei.

§ 1º - O prazo para início das obras de implantação do empreendimento é de, no máximo, seis meses após a assinatura do TERMO DE COMPROMISSO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITO REAL DE USO.

§ 2º - O prazo máximo para o início das atividades é de doze meses, contados a partir da data de emissão do alvará de construção, entendendo-se como data comprovadora do funcionamento da empresa o da emissão da primeira nota fiscal pela empresa cessionária do uso.

§ 3º - A empresa deverá apresentar os projetos da edificação industrial num prazo de três meses após a assinatura do termo de compromisso de cessão gratuita de direito real de uso.

§ 4º - A não apresentação dos projetos no prazo estabelecido no § 3º, implica no cancelamento da presente cessão.

Art. 4° - Para fazer jus à cessão de uso gratuita, de que trata esta Lei, a empresa cessionária comprometeu-se com as seguintes exigências:

I - geração efetiva de 87 empregos diretos, com prioridade para utilização
 de mão-de-obra de pessoas residentes em Sarzedo;

wo



CEP. 32.450-000/ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ. 01.612.509/0001-58

II - geração de receita fiscal anual para o Município orçada em
 R\$
 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), conforme projeção após o 3º ano de atividade;

- III faturamento fiscal positivo anual superior a R\$ 5.000.000,00 no primeiro ano, e a R\$ 7.000.000,00 a partir do 3º ano de funcionamento.
- IV Edificar a área mínima de 1.200,00 m² (hum mil e duzentos metros quadrados)
  - V Utilizar o imóvel única e exclusivamente para fins industriais.

Parágrafo Único - Além do compromisso expresso no caput, a empresa cessionária obriga-se-á na forma da Lei Municipal 359/2007 a manter programa de ocupação de mão de obra de caráter aprendiz, destinando 5% dos empregos diretos, para jovens de 16 a 18 anos moradores da cidade e participantes de projetos sociais da administração municipal, respeitadas todas as garantias e proteções aos direitos dos adolescentes.

Art. 5º - Dar-se-á reversão do imóvel ao patrimônio público em caso de descumprimento de qualquer das obrigações da cessionária previstas no termo de compromisso de concessão de uso.

Parágrafo único – Incorre também em reversão do imóvel, previsto no caput deste artigo, o não cumprimento por parte da cessionária de qualquer das exigências previstas no art. 4°.

**Art.** 6° - Em caso de reversão dos bens ao Município, prevista no art. 5°, a empresa concessionária não fará jus a nenhuma indenização por benfeitorias por ela edificadas no terreno, ou a qualquer titulo.

w



CEP. 32.450-000/ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ. 01.612.509/0001-58

- **Art. 7º** A cessão ou alienação do imóvel, objeto desta, só poderá ser feita, se atendidos os seguintes requisitos:
  - I Decorridos 10 (dez) anos do pleno funcionamento da empresa cessionária;
- II Existência de edificação correspondente no mínimo a 60% da área do projeto aprovado para construção no imóvel;
  - III Estarem presentes os requisitos dispostos no artigo 4º;
  - IV Manutenção da atividade industrial e dos requisitos norteadores desta;
  - V Constar a presente lei como integrante do título de transferência;
- VI Análise e emissão de parecer favorável por parte do chefe do Poder Executivo Municipal.
- Art. 8º A autorização conferida ao Poder Executivo compreende a realização de todos os atos respectivos, incluso o de desafetação e notadamente assinatura de escritura pública.
  - §1º o instrumento público será lavrado quando:
  - I) estiverem cumpridas todas as obrigações por parte da cessionária ; e,
- II) tiverem sido quitados os impostos de transmissão e emolumentos incidentes na transmissão por parte da empresa cessionária.
- §2º Caso a cessionária comprove a necessidade de oferecer o imóvel em garantia de financiamento, para realizar investimentos na respectiva unidade industrial, a escritura poderá ser lavrada antes do disposto no §1º do art. 8º, contendo

(ml)



CEP. 32.450-000/ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ. 01.612.509/0001-58

cláusula de reversão e as demais garantias sendo asseguradas por hipoteca em segundo grau a favor do município.

Art. 9° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sarzedo, 07 de julho de 2009.

MARCELO PINHEIRO DO AMARAL Prefeito Municipal





CEP. 32.450-000/ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ. 01.612.509/0001-58

#### ANEXO I

#### MEMORIAL DESCRITIVO

"Inicia-se no ponto 01 (um) localizado na divisa com o lote 17 (dezessete) da quadra 04 (quatro), segue limitando-se com o mesmo por uma extensão de 121,65 m (cento e vinte um metros e sessenta e cinco centímetros) até o ponto 02 (dois), localizado na divisa com a área de servidão da REGAP; deste, deflete-se a esquerda e segue por uma extensão de 20,03 m (vinte metros e três centímetros) passando pelo fundo do lote 18 (dezoito) até o ponto 03 (três), localizado na divisa com o lote 19 (dezenove); deste, deflete-se novamente a esquerda e segue limitando-se com o referido lote até o ponto 04 (quatro) de frente para a rua São Judas Tadeu; deste, deflete-se novamente a esquerda e segue por uma distância de 20,00 m (vinte metros), passando pela frente do lote 18 (dezoito) até o ponto 01 (um) onde iniciou-se esta descrição, totalizando uma área de 2.447,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta e sete metros quadrados).

O imóvel descrito esta avaliado em R\$ 26.647,83 (vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e três centavos), conforme planta de valores genéricos do município de Sarzedo.

wp